N 26.

Illmo e Exmo Snr.

Tendo sido marcada pela Assemblea Geral Legislativa, na Lei do Orçamento das despezas provaveis desta Repartição para o anno de 1829 a quantia de cento e quarenta contos de reis, e sendo necessario que em todas as Repartições subalternas a esta Secretaria d'Estado se façam as economias precisas para que se não exceda a dita quantia applicada para este fim, como tanto convem aos interesses do Imperio; Ha Sua Magestade o Imperador por mui recommendado que V. Exa tendo em vista o que já se expressou no Despacho N.o 16. fls e empregando todo o seu zelo, e diligencia costumada, haja de restringir-se nesta Legação a aquellas despezas que sejam indispensaveis.

Deos Guarde a V. Exa. Palacio do Rio de Janeiro 19 de Outubro de 1828.

Marquez de Aracaty

Snr. João Antonio Pereira da Cunha.

N 19 Illmo e Exmo

Tendo entrado neste Porto no dia 23 do corrente, o Paquete Inglez vindo de Buenos Ayres, trazendo a agradavel noticia de haver sido ratificada, por parte do Governo da Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata, a Convenção Preliminar de Paz, assignada nesta Corte aos 27 do mez de Agosto do corrente anno, e que já havia sido ratificada por Sua Magestade o Imperador, determinou o Mesmo Augusto Senhor, que em demonstração de regosijo, salvassem logo as Fortalezas deste Porto, houvessem Luminarias por tres dias, e que se cantasse Te Deum na Capella Imperial, ao qual Assistio, Tendo se Dignado Dar Beija-mão aos Seus subditos por tão plausivel motivo, no dia 25, assim como receber os Cortejos do Corpo Diplomatico que vão Deixou de concorrer ao Paco para aquelle fim.

Tenho a honra de dar logo tambem a devida communicação aos Ministros Estrangeiros nesta Corte de ter cessado o Bloqueio, que fazia no Rio da Prata a Esquadra Imperial Brasileira, para que fiquem sciente os seus respectivos Governos. O que tudo communico a V.Ex.ª para sua intelligencia, e para o fazer da sua parte assim constar a esse Ministerio, remettendo lhe por esta occasião huma exemplar da mencionada Convenção Preliminar de Paz

Deos Guarde a V.Ex.ª Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Outubro de 1828

(Marquez de Aracaty)

Marquez de Taubaté

NOS O IMPERADOR CONSTITUCIONAL, E DEFENSOR PERPETUO DO BRASIL, &c. Fazemos saber aos que esta presente Carta de Confirmação, Approvação, e Ratificação virem, que, aos vinte e sete de Agosto do corrente anno se concluio, e assignou nesta Corte do Rio de Janeiro huma Convenção Preliminar entre Nós, e a Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata, com o saudavel fim de se pôr termo á guerra, que subsiste entre este Imperio, e a mesma Republica: da qual Convenção o theor he o seguinte:

EM NOME DA SANTISSIMA, E INDIVISIVEL TRINDADE.

SUA MAGESTADE O IMPERADOR DO BRASIL, E O GOVERNO DA REPUBLICA DAS PROVINCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA, Dezejando pôr termo á guerra, e estabelecer, sobre principios solidos, e duradouros, a boa intelligencia, harmonia, e amizade, que deve existir entre Nações visinhas, chamadas pelos seus interesses a viver unidas por laços de perpetua alliança, Accordarão, pela Mediação de SUA MAGESTADE BRITANNICA, ajustar entre Si huma Convenção Preliminar de Paz, que servirá de base ao Tratado definitivo da mesma, que hade celebrar-se entre Ambas as ALTAS PARTES CONTRACTANTES. E para este fim nomearão por Seus Plenipotenciarios, a saber:

SUA MAGESTADE O IMPERADOR DO BRASIL, aos Illustrissimos, e Excellentissimos Senhores, Marquez do Aracaty, do Seu Conselho, Gentil Homem da Sua Imperial Camara, Conselheiro da Fazenda, Commendador da Ordem de Aviz, Senador do Imperio, Ministro, e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros; Doutor José Clemente Pereira, do Seu Conselho, Desembargador

EL GOBIERNO ENCARGADO DE LOS NEGOCIOS GENERALES DE LA REPUBLICA DE LAS PROVINCIAS UNIDAS DEL RIO DE LA PLATA &c. Habiendo convenido con SU MAGESTAD EL EMPERADOR DEL BRASIL entrar en una negociacion por medio de Ministros Plenipotenciarios suficientemente autorizados al efecto, para restablecer la Paz, armonia, y buena inteligencia entre el Imperio y la Republica, y en su virtud habiendo ajustado, concluido, y firmado en la Corte del Rio de Janeiro el veinte y siete de Agosto de mil ochocientos veinte y ocho una Convencion Preliminar de Paz, cuyo tenor palabra por palabra es como sigue.

EN NOMBRE DE LA SANTISSIMA E INDIVISIBLE TRINIDAD.

EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE LAS PROVINCIAS UNIDAS DEL RIO DE LA PLATA, Y SU MAGESTAD EL EMPERADOR DEL BRASIL, deseando poner termino á la guerra y establecer sobre principios solidos y duradoros la buena inteligencia, armonia, y amistad, que deben existir entre Naciones vecinas llamadas por sus intereses á vivir unidas por lazos de alianza perpetua, acordaron, por la mediacion de SU MAGESTAD BRITANNICA, ajustar entre si una Convencion Preliminar de Paz, que servirá de base al Tratado definitivo de la misma, que debe celebrar-se entre ambas Altas Partes Contratantes: y para este fin nombraron sus Plenipotenciarios, á saber:

EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE LAS PROVINCIAS UNIDAS á los Generales Don Juan Ramon Balcarce y Don Tomas Guido.

SU MAGESTAD EL EMPERADOR DEL BRASIL á los Ilustrisimos y Excelentisimos Señores Marquez do Aracaty, del Consejo de SU MAGESTAD, Gentil-hombre de Camara Imperial, Consejero de Hacienda; Comendador de la Orden de Avis, Senador del Imperio, Ministro y Secretario de Estado en el Departamento de Negocios Extrangeros: Doctor Don José Clemente Pereira del

da Casa da Supplicação, Dignitario da Imperial Ordem do Cruzeiro, Cavalleiro da de Christo, Ministro, e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, e interinamente encarregado dos Negocios da Justiça; e Joaquim de Oliveira Alvares, do Seu Conselho, e do da Guerra, Tenente General dos Exercitos Nacionaes, e Imperiaes, Official da Imperial Ordem do Cruzeiro, Commendador da de Aviz, Ministro, e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra:

E o GOVERNO DA REPUBLICA DAS PROVINCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA, aos Senhores Generaes Dom João Ramon Balcarce, e Dom Thomaz Guido, os quaes, depois de haverem trocado os seus Plenos Poderes respectivos, que forão achados em boa, e devida forma, convierão nos Artigos seguintes:

ARTIGO I.

SUA MAGESTADE O IMPERADOR DO BRASIL Declara a Provincia de Monte Video, chamada hoje Cisplatina, separada do territorio do Imperio do Brasil, para que possa constituir-se em Estado livre, e independente de toda, e qualquer Nação, debaixo da forma de Governo, que julgar mais conveniente a seus interesses, necessidades, e recursos.

ARTIGO II.

O GOVERNO DA REPUBLICA DAS PROVINCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA, Concorda em declarar pela sua parte a independencia da Provincia de Monte Video, chamada hoje Cisplatina, e em que se constitua em Estado livre, e independente, na forma declarada no Artigo antecedente.

ARTIGO III.

Ambas as ALTAS PARTES CONTRACTANTES Obrigão-Se a Defender a Independencia, e integridade da Provincia de Monte Video, pelo tempo, e pelo modo, que se ajustar no Tractado definitivo de Paz.

Consejo de SU MAGESTAD, Desembargador de la Casa de Suplicacion, Dignatario de la Imperial Orden del Cruzero, Caballero de la de Christo, Ministro y Secretario de Estado en el Departamento de Negocios del Imperio, é interinamente encargado de los Negocios de Justicia; y Don Joaquin Oliveira Albarez, del Consejo de SU MAGESTAD y del de Guerra, Teniente General de los Ejercitos Nacionales y Imperiales, Oficial de la Imperial Orden del Cruzero, Ministro y Secretario de Estado en el Departamento de los Negocios de Guerra.

Los cuales, despues de haber cangeado sus Plenos Poderes respectivos, que fueron hallados en buena y debida forma, convinieron en los articulos siguientes.

ARTICULO I.

SU MAGESTAD EL EMPERADOR DEL BRASIL declara la Provincia de Montevideo, llamada hoy Cisplatina, separada del Territorio del Imperio del Brasil, para que pueda constituir-se en Estado libre é independiente de toda y cualquiera Nacion, bajo la forma de Gobierno que juzgare conveniente á sus intereses, necesidades y recursos.

ARTICULO II.

EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE LAS PROVINCIAS UNIDAS concuerda en declarar por su parte la independencia de la Provincia de Montevideo, llamada hoy Cisplatina, y en que se constituya en Estado libre é independiente, en la forma declarada en el articulo antecedente.

ARTICULO III.

Ambas ALTAS PARTES CONTRATANTES se obligan á defender la independencia é integridad de la Provincia de Montevideo, por el tiempo y en el modo que se ajustare en el Tratado Definitivo de Paz.

da Casa da Supplicação, Dignitario da Imperial Ordem do Cruzeiro, Cavalleiro da de Christo, Ministro, e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, e interinamente encarregado dos Negocios da Justiça; e Joaquim de Oliveira Alvares, do Seu Conselho, e do da Guerra, Tenente General dos Exercitos Nacionaes, e Imperiaes, Official da Imperial Ordem do Cruzeiro, Commendador da de Aviz, Ministro, e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra:

E o GOVERNO DA REPUBLICA DAS PROVINCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA, aos Senhores Generaes Dom João Ramon Balcarce, e Dom Thomaz Guido, os quaes, depois de haverem trocado os seus Plenos Poderes respectivos, que forão achados em boa, e devida forma, convierão nos Artigos seguintes:

ARTIGO I.

SUA MAGESTADE O IMPERADOR DO BRASIL Declara a Provincia de Monte Video, chamada hoje Cisplatina, separada do territorio do Imperio do Brasil, para que possa constituir-se em Estado livre, e independente de toda, e qualquer Nação, debaixo da forma de Governo, que julgar mais conveniente a seus interesses, necessidades, e recursos.

ARTIGO II.

O GOVERNO DA REPUBLICA DAS PROVINCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA, Concorda em declarar pela sua parte a independencia da Provincia de Monte Video, chamada hoje Cisplatina, e em que se constitua em Estado livre, e independente, na forma declarada no Artigo antecedente.

ARTIGO III.

Ambas as ALTAS PARTES CONTRACTANTES Obrigão-Se a Defender a Independencia, e integridade da Provincia de Monte Video, pelo tempo, e pelo modo, que se ajustar no Tractado definitivo de Paz.

Consejo de SU MAGESTAD, Desembargador de la Casa de Suplicacion, Dignatario de la Imperial Orden del Cruzero, Caballero de la de Christo, Ministro y Secretario de Estado en el Departamento de Negocios del Imperio, é interinamente encargado de los Negocios de Justicia; y Don Joaquin Oliveira Albarez, del Consejo de SU MAGESTAD y del de Guerra, Teniente General de los Ejercitos Nacionales y Imperiales, Oficial de la Imperial Orden del Cruzero, Ministro y Secretario de Estado en el Departamento de los Negocios de Guerra.

Los cuales, despues de haber cangeado sus Plenos Poderes respectivos, que fueron hallados en buena y debida forma, convinieron en los articulos siguientes.

ARTICULO I.

SU MAGESTAD EL EMPERADOR DEL BRASIL declara la Provincia de Montevideo, llamada hoy Cisplatina, separada del Territorio del Imperio del Brasil, para que pueda constituir-se en Estado libre é independiente de toda y cualquiera Nacion, bajo la forma de Gobierno que juzgare conveniente á sus intereses, necesidades y recursos.

ARTICULO II.

EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE LAS PROVINCIAS UNIDAS concuerda en declarar por su parte la independencia de la Provincia de Montevideo, llamada hoy Cisplatina, y en que se constituya en Estado libre é independiente, en la forma declarada en el articulo antecedente.

ARTICULO III.

Ambas ALTAS PARTES CONTRATANTES se obligan á defender la independencia é integridad de la Provincia de Montevideo, por el tiempo y en el modo que se ajustare en el Tratado Definitivo de Paz.

ARTIGO IV.

O Governo actual da Banda Oriental, immediatamente que a presente Convenção for ratificada, convocará os Representantes da parte da sobredita Provincia, que lhe está actualmente sujeita: e o Governo actual da Praça de Monte Video fará ao mesmo tempo huma convocação igual dos Cidadãos residentes dentro desta: regulando-se o numero dos Deputados, pelo que for correspondente ao dos Cidadãos da mesma Provincia; e a forma das eleições pelo Regulamento adoptado para a eleição dos seus Representantes na ultima Legislatura.

ARTIGO V.

A eleição dos Deputados correspondentes á população da Praça de Monte Video, será feita precisamente *extra muros*, em lugar que fique fora do alcance da artilharia da mesma Praça, sem nenhuma assistencia de força armada.

ARTIGO VI.

Reunidos os Representantes da Provincia, fóra da Praça de Monte Video, e de qualquer outro lugar, que se achar occupado por Tropas, e que esteja ao menos dez legoas distante das mais vizinhas, estabeleceráõ hum Governo Provisorio, que deve governar toda a Provincia, até se installar o Governo permanente, que houver de ser creado pela Constituição. Os Governos actuaes de Monte Video, e da Banda Oriental, cessaráõ immediatamente que aquelle se installar.

ARTIGO VII.

Os Mesmos Representantes se occuparáõ depois em formar a Constituição Politica da Provincia de Monte Video; e esta, antes de ser jurada, será examinada por Commissarios dos DOUS GOVERNOS CONTRACTANTES, para o unico fim de ver se nella se contém algum artigo, ou artigos, que se opponhão á segurança dos seus respectivos Estados. Se accontecer este caso, será explicado publica, e cathegoricamente pelos mesmos Commissarios; e, na falta de commum

ARTICULO IV.

El Gobierno actual de la Banda Oriental immediatamente que la presente fuere ratificada, convocará á los Representantes de la parte de la dicha Provincia, que le está actualmente sujeta: y el Gobierno actual de Montevideo hará simultaneamente una igual convocacion á los Ciudadanos residentes dentro de esta; regulando-se el numero de los Diputados por el que corresponda al de los Ciudadanos de la misma Provincia, y la forma de su eleccion por el Reglamento adoptado para la eleccion de sus Representantes en la ultima Legislatura.

ARTICULO V.

Las elecciones de los Diputados correspondientes á la poblacion de la Plaza de Montevideo se haran precisamente *extramuros*, en lugar que quede fuera del alcance de la artilleria de la misma Plaza, sin ninguna concurrencia de fuerza armada.

ARTICULO VI.

Reunidos los Representantes de la Provincia fuera de la Plaza de Montevideo, y de cualquier otro logar, que se hallase ocupado por tropas, y que esté al menos diez leguas distante de las mas proximas, estableceran un Gobierno Provisorio, que debe gobernar toda la Provincia hasta que se instale el Gobierno Permanente, que hubiere de ser creado por la Constitucion. Los Gobiernos actuales de Montevideo y de la Banda Oriental cesaran inmediatamente que aquel se instale.

ARTICULO VII.

Los mismos Representantes se ocuparan despues en formar la Constitucion Politica de la Provincia de Montevideo; y esta antes de ser jurada será examinada por Comisarios de LOS GOBIERNOS CONTRATANTES para el unico fin de ver se en ella se contiene algun articulo ó articulos, que se opongan á la seguridad de sus respectivos Estados. Si aconteciere este caso, será explicado publica y categoricamente por los mismos Comisarios, y en falta de comun acuerdo de es-

accordo destes, será decidido pelos DOUS GOVERNOS CONTRACTANTES.

ARTIGO VIII.

Será permittido a todo, e qual quer habitante da Provincia de Monte Video sahir do territorio desta, levando comsigo os bens de sua propriedade, salvo o prejuizo de terceiro, até o tempo do juramento da Constituição, se não quizer sujeitar-se a ella, ou assim lhe convier.

ARTIGO IX.

Haverá absoluto, e perpetuo esquecimento de todas, e quaesquer opiniões politicas, ou factos, que os habitantes da Provincia de Monte Video, e os do territorio do Imperio do Brasil, que tiver estado occupado por Tropas da Republica das Provincias Unidas, tiverem professado, ou praticado, até a época da ratificação da presente convenção.

ARTIGO X.

Sendo hum dever dos DOUS GOVERNOS CONTRACTANTES auxiliar, e proteger a Provincia de Monte Video, até que ella se constitua completamente, convém os mesmos Governos em que, se antes de jurada a Constituição da mesma Provincia, e cinco annos depois, a tranquilidade, e segurança publica for perturbada dentro della pela guerra civil, prestaráõ ao seu Governo legal o auxilio necessario para o manter, e sustentar. Passado o prazo expressado, cessará toda a protecção, que por este artigo se promette ao Governo legal da Provincia de Monte Video; e a mesma ficará considerada no estado de perfeita, e absoluta independencia.

ARTIGO XI.

Ambas as ALTAS PARTES CONTRACTANTES declarão muito explicita, e cathegoricamente, que qualquer que possa vir a ser o uso da proteeção, que, na conformidade do Artigo antecedente, se promette á Provincia de Monte Video, a mesma protecção se limitará, em todo o ca-

tos será decidido por los DOS GOBIERNOS CONTRACTANTES.

ARTICULO VIII.

Será permitido á todo y cualquier habitante de la Provincia de Montevideo, salir del territorio de esta, llevando con sigo los bienes de su propriedad, sin perjuicio de tercero hasta el juramento de la Constitucion, si no quisiere sujetar-se á ella, ó asi le conviniere.

ARTICULO IX.

Habrá perpetuo y absoluto olvido de todos y cualesquiera hechos y opiniones politicas que los habitantes de la Provincia de Montevideo, y los del Territorio del Imperio del Brasil, que hubiere sido ocupado por las Tropas de la Republica de las Provincias Unidas, hubiesen praticado ó profesado hasta la época de la Ratificacion de la presente Convencion.

ARTICULO X.

Siendo un deber de los DOS GOBIERNOS CONTRACTANTES auxîliar e proteger á la Provincia de Montevideo hasta que ella se constituya completamente, convienen los mismos Gobiernos en que, se antes de jurada la Constitucion de la misma Provincia, y, cinco años despues, la tranquilidad y seguridad fuese perturbada dentro de ella por la Guerra Civil, prestarán á su Gobierno legal el auxîlio necesario para mantenerlo y sostenerlo. Pasado el plazo expresado, cesará toda la proteccion, que por este articulo se promete al Gobierno legal de la Provincia de Montevideo, y la misma quedará considerada en Estado de perfecta y absoluta independencia.

ARTICULO XI.

Ambas LAS ALTAS PARTES CONTRATANTES declaran muy explicita y categoricamente, que cualquiera que pueda venir á ser el uso de la proteccion, que, en conformidad al articulo anterior, se promete á la Provincia de Montevidéo, la misma proteccion se limitará en todo caso á

so, a fazer restabelecer a ordem, e cessará immediatamente que esta for restabelecida.

ARTIGO XII.

As Tropas da Provincia de Monte Video, e as Tropas da Republica das Provincias Unidas, desoccuparáõ o Territorio Brasileiro, no preciso, e peremptorio termo de dous mezes, contados do dia, em que forem trocadas as ratificações da presente Convenção; passando as segundas para a margem direita do Rio da Prata, ou do Uruguay: menos huma força de mil e quinhentos homens, ou maior, que o Governo da sobredita Republica, se o julgar conveniente, poderá conservar dentro do territorio da sobredita Provincia de Monte Video, no ponto que escolher, até que as Tropas de SUA MAGESTADE O IMPERADOR DO BRASIL desoccupem completamente a Praça de Monte Video.

ARTIGO XIII.

As Tropas de SUA MAGESTADE O IMPERADOR do Brasil desoccuparáõ o territorio da Provincia de Monte Vidéo, inclúida a Colonia do Sacramento, no preciso e peremptorio termo de dous mezes, contados do dia, em que se verificar a troca das ratificações da presente Convenção; retirando-se para as fronteiras do Imperio, ou embarcando: menos huma força de mil e quinhentos homens, que o Governo do Mesmo Senhor poderá conservar na Provincia de Monte Vidéo, até que se installe o Governo Provisorio da sobredita Provincia: com a expressa obrigação de retirar esta força dentro do preciso, e peremptorio termo dos primeiros quatro mezes seguintes á installação do mesmo Governo Provisorio, o mais tardar: entregando, no acto da desoccupação, a expressada Praça de Monte Vidéo *in statu quo ante bellum* a Commissarios auctorisados competentemente *ad hoc* pelo Governo legitimo da referida Provincia.

hacer restablecer el orden, y cesará inmediatamente que este fuere restabelecido.

ARTICULO XII.

Las tropas de la Provincia de Montevideo y las tropas de la Republica de las Provincias Unidas desocuparon el territorio Brasilero en el preciso y perentorio termino de dos mezes, contados desde el dia, en que fueren cangeadas las Ratificaciones de la presente Convencion, pasando las segundas á la margen derecha del Rio de la Plata ó del Uruguay, menos una fuerza de mil e quinientos hombres, ó mayor, que el Gobierno de la sobredicha Republica, si lo juzgare conveniente, podrá conservar dentro del territorio dela referida Provincia de Montevideo, en el punto que escogiere, hasta que las tropas de SU MAGESTAD EL EMPERADOR DEL BRASIL desoccupen completamente la Plaza de Montevideo.

ARTICULO XIII.

Las tropas de SU MAGESTAD EL EMPERADOR DEL BRASIL desocuparán el territorio de la Provincia de Montevideo, inclusa la Colonia del Sacramento, en el preciso y perentorio termino de dos meses, contados desde el dia, en que se verificare el cange de las Ratificaciones de la presente Convencion, retirandose para las fronteras del Imperio ó embarcandose; menos una fuerza de mil y quinientos hombres, que el Gobierno del mismo Señor podrá conservar en la Plaza de Montevideo, hasta que se instale el Gobierno Provisorio de la dicha Provincia, con la expresa obligacion de retirar esta fuerza dentro del preciso y perentorio termino de los primeros cuatro meses seguientes á la instalacion del mismo Gobierno Provisorio á mas tardar, entregando en el acto de la desocupacion la expresada Plaza de Montevideo *in statu quo ante bellum* á Comisarios competentemente autorizados *ad hoc* por el Gobierno lejitimo de la misma Provincia.

ARTIGO XIV.

Fica entendido, que tanto as Tropas de SUA MAGESTADE O IMPERADOR DO BRASIL, como as da REPUBLICA DAS PROVINCIAS UNIDAS que, na conformidade dos dous Artigos antecedentes, ficão temporariamente no territorio da Provincia de Monte Vidéo, não poderáõ intervir por forma alguma nos negocios politicos da mesma Provincia, seu Governo, Instituições &c.: ellas serão consideradas como meramente passivas, e de observação; conservadas alli para proteger o Governo, e garantir as liberdades, e propriedades, publicas, e individuaes: e só poderáõ operar activamente, se o Governo legitimo da referida Provincia de Monte Vidéo requisitar o seu auxilio.

ARTICULO XIV.

Queda entendido que tanto las tropas de la REPUBLICA DE LAS PROVINCIAS UNIDAS, como las de SU MAGESTAD EL EMPERADOR DEL BRASIL, que en conformidad de los dos articulos antecedentes quedan temporalmente en el territorio de la Provincia de Montevidéo, no podran intervenir en manera alguma en los negocios politicos de la misma Provincia, su Gobierno, Instituciones &c.: Ellas seran consideradas como meramente pasivas y de observacion, conservadas alli para proteger al Gobierno, y garantir las libertades y propriedades publicas é individuales, y solo podran operar activamente, si el Gobierno lejitimo de la referida Provincia de Montevidéo requiriere su auxilio.

ARTIGO XV.

Logo que a troca das ratificações da presente Convenção se effectuar, haverá inteira cessação de hostilidades por mar, e por terra: o bloqueio será levantado no termo de quarenta e oito horas, por parte da Esquadra Imperial: as hostilidades por terra cessaráõ immediatamente que a mesma Convenção, e suas ratificações forem notificadas aos Exercitos; e por mar dentro de dous dias até Santa Maria; em oito até Santa Catharina; em quinze até Cabo Frio; em vinte e dous até Pernambuco; em quarenta até a Linha; em sessenta até a Costa de Leste; e em oitenta até os mares da Europa. Todas as tomadias, que se fizerem por mar, ou por terra, passado o tempo que fica aprazado, serão julgadas más prezas, e reciprocamente indemnisadas.

ARTICULO XV.

Luego que se efectuare el cange de las Ratificaciones de la presente Convencion, habrá entera cesacion de hostilidades por mar y por tierra: el bloqueo será levantado en el termino de cuarenta y ocho horas por parte de la Escuadra Imperial: las hostilidades por tierra cesaran immediatamente que la misma Convencion y sus Ratificaciones fueren notificadas á los Ejercitos: y por mar dentro de dos dias hasta Santa Maria: en ocho hasta Santa Catalina: en quince hasta Cabo frio: en veinte y dos hasta Pernambuco: en cuarenta hasta la Linea: en sesenta hasta la Costa del Este; y en ochenta hasta los mares de Europa. Todas las Presas, que se hicieren en mar ó en tierra, pasado el tiempo que queda señalado, seran juzgadas malas presas, y reciprocamente indemnizadas.

ARTIGO XVI.

Todos os prisioneiros de huma e outra parte, que tiverem sido feitos durante a guerra, no mar ou na terra, serão postos em liberdade, logo que a presente Convenção for ratificada, e as ratificações trocadas; com a unica çondição de que não poderáõ sahir, sem que tenhão segurado o pagamento das dividas, que tiverem

ARTICULO XVI.

Todos los prisioneros de Una y Otra Parte, que hubieren sido tomados durante la guerra, en mar ó en tierra, seran puestos en libertad, luego que la presente Convencion fuere Ratificada, y las Ratificaciones cangeadas, con la unica condicion de que no podran salir sin que hayan asegurado el pago de las deudas, que

contrahido no Paiz, aonde se acharem.

ARTIGO XVII.

Depois da troca das ratificações da presente Convenção, as ALTAS PARTES CONTRACTANTES trataráõ de nomear os seus repectivos Plenipotenciarios, para se ajustar e concluir o Tratado definitivo de Paz, que deve celebrar-se entre o Imperio do Brasil, e a Republica das Provincias Unidas.

ARTIGO XVIII.

Se, o que não he de esperar, as ALTAS PARTES CONTRACTANTES não chegarem a ajustar-se no sobredito Tratado definitivo de Paz, por questões, que possão suscitar-se, em que não concordem, apezar da Mediação de SUA MAGESTADE BRITANNICA, não poderáõ renovar-se as hostilidades entre o Imperio, e a Republica, antes de serem passados os cinco annos estipulados no Artigo X., e mesmo depois de passado este prazo, as hostilidades não poderáõ romper-se sem previa notificação feita reciprocamante seis mezes antes, com conhecimento da Potencia mediadora.

ARTIGO XIX.

A troca das Ratificações da presente Convenção será feita na Praça de Monte Vidéo dentro do tempo de setenta dias, ou antes se for possivel, contados do dia da sua assignatura.

Em testemunho do que Nós os abaixo assignados, Plenipotenciarios de SUA MAGESTADE O IMPERADOR DO BRASIL, E DO GOVERNO DA REPUBLICA DAS PROVINCIAS UNIDAS, em virtude dos nossos Plenos Poderes, assignámos a presente Convenção, e lhe fizemos pôr o Sello de nossas Armas.

Feita nà Cidade do Rio de Janeiro aos vinte e sete do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS CHRISTO de mil oitocentos e vinte oitò.

(L. S.) *Marquez do Aracaty.*
(L. S.) *José Clemente Pereira.*
(L. S.) *Joaquim d' Oliveira Alvares.*
(L. S.) *Juan Ramon Balcarce.*
(L. S.) *Tomaz Guido.*

hubieren contrahido en el país donde se hallan.

ARTICULO XVII.

Despues del cange de las Ratificaciones, Ambas ALTAS PARTES CONTRATANTES trataran de nombrar sus respectivos Plenipotenciarios para ajustar se y concluir-se el Tratado Definitivo de Paz, que debe celebrarse entre la Republica de las Provincias Unidas y el Imperio del Brasil.

ARTICULO XVIII.

Si, lo que no es de esperar, las ALTAS PARTES CONTRATANTES no llegasen á ajustarse en el dicho Tratado Definitivo de Paz, por cuestiones, que puedan suscitarse, en que no concuerden, á pesar de la Mediacion de SU MAGESTAD BRITANICA, no podran renovarse las hostilidades entre la Republica y el Imperio antes de pasados los cinco años estipulados en el articulo diez, ni aun despues de vencido este plazo las hostilidades podran romperse sin previa notificacion hecha reciprocamente seis meses antes con conocimiento de la Potencia Mediadora.

ARTICULO XIX.

El cange de las Ratificaciones de la presente Convencion será hecho en la Plaza de Montevidéo, dentro del termino de setenta dias, ó antes se fuere posible, contado desde el dia de su data.

Eu testimonio de lo cual Nos los abajo firmados Plenipotenciarios del GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE LAS PROVINCIAS UNIDAS, Y DE SU MAGESTAD EL EMPERADOR DEL BRASIL, en virtud de nuestros Plenos Poderes, firmamos la presente Convencion con nuestra mano, y le hiciemos poner el sello de nuestras armas.

Hecha en la Ciudad del Rio Janeiro a los veinte y siete dias del mes de Agosto del año del Nacimento de Nuestro Señor JESU CHRISTO mil ochocientos veinte y ocho.

(L. S.) *Juan Ramon Balcarce.*
(L. S.) *Tomas Guido.*
(L. S.) *Marquez do Aracaty.*
(L. S.) *José Clemente Pereira.*
(L. S.) *Joaquim d' Oliveira Alvares.*

ARTIGO ADDICIONAL.

Ambas as ALTAS PARTES CONTRATANTES se compromettem a empregar os meios ao seu alcance, a fim de que a navegação do Rio da Prata, e de todos os outros que nelle vão sahir, seja conservada livre para uso dos subditos de huma e outra Nação, por tempo de quinze annos, pela forma que se ajustar no Tratado definitivo de Paz.

O presente Artigo Addicional terá a mesma força, e vigor como se fosse inserido palavra por palavra na Convenção Preliminar da data de hoje.

Feito na Cidade do Rio de Janeiro aos vinte e sete do mez de Agosto do Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS CHRISTO de mil oitocentos e vinte oito.

(L. S.) *Marquez do Aracaty.*
(L. S.) *José Clemente Perira.*
(L. S.) *Joaquim d'Oliveira Alvares.*
(L. S.) *Juan Ramon Balcarce.*
(L. S.) *Tomaz Guido.*

E Sendo-Nos presente a mesma Convenção, cujo theor fica acima inserido, e sendo bem visto, considerado, e examinado por Nós tudo o que nella se contem, Tendo Ouvido o Nosso Conselho de Estado, a Approvamos, Ratificamos, e Confirmamos, assim no todo, como em cada hum dos seus Artigos e estipulações; e pela presente a Damos por firme e valiosa; Promettendo em Fé, e Palavra Imperial observalla, e cumprilla, e Fazella observar, e cumprir por qualquer modo que possa ser. Em testemunho e firmeza do sobredito Fizemos passar a presente Carta por Nós assignada, passada com o Sello Grande das Armas do Imperio, e referendada pelo Nosso Ministro e Secretario de Estado abaixo assignado.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos trinta dias do mez de Agosto de mil oitocentos e vinte oito.

PEDRO IMPERADOR Com Guarda.

Marquez do Aracaty.

Na Imprensa Imperial e Nacional.

ARTIGO ADDICIONAL.

Ambas las ALTAS PARTES CONTRATANTES se comprometen a emplear los medios, que esten á su alcance, á fin de que la navigacion del Rio de la Plata, y de todos los otros, que desaguan en el, se conserve libre para el uso de los Subditos de una y otra Nacion, por el tiempo de quince años, en la forma que se ajustare en el Tratado Definitivo de Paz.

El presente articulo adicional tendrá la misma fuerza y vigor, como se estuviese inserto palabra por palabra en la Convencion preliminar de esta data.

Hecho en la Ciudad del Rio Janeiro á los veinte y siete dias del mes de Agosto del año del Nacimento de Nuestro Señor JESU CHRISTO mil ochocientos veinte ocho.

(L. S.) *Juan Ramon Balcarce.*
(L. S.) *Tomas Guido.*
(L. S.) *Marquez do Aracaty.*
(L. S.) *José Clemente Pereira,*
(L. S.) *Joaquin d'Oliveira Albares.*

Portanto vista y examinada detenidamente la Convencion Preliminar aqui copiada, y despues de haber obtenido la competente autorizacion de la Convencion Nacional, la ha aceptuado confirmado y Ratificado, como lo hace por la presente, prometiendo y obligandose á nombre de las Provincias Unidas del Rio de la Plata, á Observar y cumplir fiel é inviolablemente todo lo contenido y estipulado en todos y cada uno de los articulos de la mencionada Convencion Preliminar: sin permitir que en manera alguna se contravenga á lo estipulado en ella.

En fé de lo cual firma com su mano el presente instrumento de Ratificacion, autorizado segun corresponde, y con el gran sello de la Republica. En la casa de Gobierno de la Capital de Buenos Ayres á veinte y nueve del mes de Septiembre del año de mil ochocientos veinte y ocho.

MANUEL DORREGO.

José Maria Roxas.